

1. TEORIA DA DIALOGICIDADE DE PAULO FREIRE: A EDUCAÇÃO BANCÁRIA NA ERA DOS TRANSTORNOS DE APRENDIZAGEM

2. SÁ, Ana Luiza de França – UnB- analuizasaalvarenga@gmail.com

3. ORRÚ, Sílvia Ester – UnB- seorru@unb.br

4. NASCIMENTO, Ana Bárbara da Silva- UnB- absn1307@gmail.com

5. CUNHA, Roseane Paulo- UnB- roseane.p.cunha@bol.com.br

6. SILVA, Virgínia- UnB- virginia_s@globo.com

7.

8. Resumo

Este trabalho é um estudo inicial acerca da subjetividade social de professores de uma escola pública de Brasília, Brasil. Esta proposta inclui-se na modalidade de reflexão teórica no eixo temático 1: A educação que emancipa frente às injustiças, desigualdades e vulnerabilidades. A recorrente emissão de laudos médicos/psicológicos de transtornos de aprendizagem suscitou uma reflexão teórica para além da culpabilização da pessoa que aprende. A partir da problematização da situação da escola contemporânea trazemos a hipótese de que a normatização das estratégias de aprendizagem por parte dos alunos, característica dos processos de institucionalização, não contribuem a emergência do sujeito que aprende. Para contribuir nesta discussão, trazemos os conceitos de diálogo e educação bancária a partir da obra de Paulo Freire que nos ajuda a compreender de que maneira a emissão de laudos médicos de transtornos de aprendizagem participam de uma educação que não valoriza o diálogo, o que ressalta a condição bancária do espaço escolar atual.

O espaço do diálogo na sociedade ocidental atual tem sido deixado em lugar secundário nas relações humanas como um todo. A possibilidade de comunicação tem ocupado espaços onde não é mais necessária a exposição de argumentos para a manutenção da relação. Como exemplo, as redes sociais tem desempenhado papel de relação, porém de forma quantitativa na maioria das vezes. O critério utilizado para designar o quão sociável alguém pode se considerar é a quantidade de amigos que possui e não a qualidade do diálogo que se estabelece com os mesmos. Desta forma, todas as possibilidades de diálogo são transmitidas para o meio virtual. A ferramenta é primordial, no entanto coisifica a relação humana onde, para além do espaço da comunicação, é instaurada uma linearidade de transmissão sem sentido e sem espaço de produção cultural, pois tudo aparentemente já está pronto.

Não é diferente nos espaços escolares estratégias de ensino que se baseiam nessa informatização sem reflexão recaindo em diversos entraves não só filosóficos, mas principalmente tecnológicos e o diálogo mais uma vez é transferido para a máquina. A

presença da ferramenta como meio relacional nas práticas educativas escolares exerce um poder sobre a profissão docente como se sem ela não fosse possível favorecer a aprendizagem. Ela interfere nas relações de professores com seus alunos, entre os próprios professores e equipe gestora.

À medida que a máquina é a única forma de tecnologia utilizada na escola para o exercício da prática docente com intuito de produzir o material pedagógico, identifica-se a coisificação das relações estabelecidas neste meio onde prevalece o diálogo com a máquina. Tal prática minimiza a necessária reflexão do professor na produção de estratégias de ensino que considerem o sujeito que aprende, pois sua relação com o objeto de conhecimento a ser apreendido é mediada pela máquina. A quantidade de atividades copiadas, reproduzidas pela máquina exerce fascínio sobre os professores exacerbadamente que a inoperância da mesma impossibilita até mesmo a prática docente, pois neste espaço é o papel produzido pela máquina que irá exercer a função de diálogo no processo ensino-aprendizagem. Não é mais a explicação, mesmo que de forma hierárquica, que predomina nas práticas docentes, mas a reprodução de materiais que estabelecem a relação no ambiente escolar onde a predominância da fala quando, muitas vezes, apenas do professor, é substituída pelo papel, pela imagem, pelo código transferido no papel.

Assim, a comunicação que se estabelece em espaços predominantemente de aprendizagem é sempre mediada e nunca produzida, elaborada, não há espaço para a reflexão porque a sociedade é imediatista, pois possui vários mecanismos que “facilitam” que ela seja assim. Portanto, o diálogo enquanto ferramenta não pode ser usado, mas apenas utilizado como forma de informação. É pela necessidade de informar que a palavra/fala é utilizada nos espaços vários de aprendizagem e informa como utilizar a máquina.

Tal tecnologia presente nos espaços de aprendizagem escolarizados também passa por outras dimensões da vida em sociedade. No caso do objeto da presente pesquisa, o diagnóstico utilizado para corroborar a incompetência apenas individual daquele que recebe o diagnóstico também passa pelo aprimoramento de tecnologias cada vez mais respaldadas por um cientificismo pouco teórico a fim de comprovar a existência do suposto transtorno onde a pergunta que orienta o questionamento do não aprender, não reside no como, mas o que. O diagnóstico descreve um comportamento e informa ao professor que há um problema cientificamente avaliado e diagnosticado que impede o aluno de aprender, ou melhor, determinam quais as suas possibilidades na

escola. O laudo médico impossibilita o diálogo do professor com a criança, pois cala o sujeito que é rotulado. A criança reflete e é lembrada a todo tempo que seu nome é um transtorno psiquiátrico.

As relações no ambiente escolar tornam-se profissionalizadas e funcionais não havendo espaço para o diálogo, para a construção do pensamento e do conhecimento. Os professores são aqueles que expõem os conceitos duramente decorados para exercer o ofício enquanto os alunos passivamente assimilam os mesmo conceitos que pouco tempo mais tarde serão esquecidos porque não significam nada para a realidade concreta em que vivem.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental esta perversa relação se torna ainda mais grave quando a disciplina, o silêncio e a normatização do aprender passam a ser inseridas. O silêncio permite a continuação da transferência do conhecimento e cala as singularidades de cada um. Organiza-se desse modo dentro do cotidiano escolar uma cultura do não falar, do não expor. Consideram as crianças pessoas sem opinião, incapazes. Desta ótica castradora passam os anos aprendendo a silenciar-se cada vez mais e melhor até chegarem à universidade onde poucas vezes são incitados a expressarem suas opiniões. Contraditório ou intencional, esse sistema já vem sendo discutido sob a ótica educacional como fator que invalida a aprendizagem em seu sentido amplo e a manutenção do ser humano no mundo, porque não se aprende, se assimila (GONZÁLEZ REY, 2009)

A impossibilidade da fala, do direito à palavra se configura na escola como um privilégio de poucos, dos professores, dos diretores sem a menor implicação das crianças que estão inseridas na escola. Paulo Freire ressalta que

Dizer a palavra não é privilégio de alguns homens, mas direito de todos os homens (...) É preciso primeiro que, os que assim se encontram negados no direito primordial de dizer a palavra, reconquistem esse direito, proibindo que este assalto desumanizante continue (2000, p. 90-91).

A necessidade do silêncio na sala de aula e a falta de sentido da educação escolar atual é uma das fontes causadoras que coíbem a atuação das pessoas em seus espaços, evitando-se assim que digam a palavra e que possam se colocar diante do objeto do conhecimento. Estas características que encontramos no cotidiano de sala de aula nos remetem ao conceito de educação bancária trazido por Paulo Freire.

Como educação bancária Freire diz

Na visão “bancária” da educação, o “saber”, é uma doação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Doação que se funda numa das manifestações instrumentais da ideologia da opressão- a absolutização da ignorância, que constitui o que chamamos de alienação da ignorância, segundo a qual esta se encontra sempre no outro (2005, p. 67).

Ao determinar a sabedoria instaurada em apenas um dos polos do fazer pedagógico preconiza-se a ignorância das crianças e ainda assim as patologiza, pela sutil desobediência advinda dos atos compreendidos desde esta perspectiva como comportamentos oriundos de transtornos psiquiátricos. A ordem da opressão se refina com os laudos médicos e psicológicos ao instaurar uma lógica medicalizante para justificar a não aprendizagem daquilo que se quer ensinar. O que se quer ensinar na verdade não é refletido, não é problematizado, é apenas depositado, esperando-se assim que as crianças dominem certos conteúdos, verbalizem as repetições do professor e considerem-se incapazes sempre que o mesmo inicia sua explicação.

A tradição explicadora da educação institucionalizada vem de muitos anos com a criação da era escolástica do saber científico. Algumas experiências na tentativa de trazer à tona as qualidades perdidas pela era monástica caracterizada pela busca do saber foram realizadas por Illich em sua obra *En el viñedo del texto* (1993). O autor nos revela como uma mudança cultural dos instrumentos utilizados pelos monges para a educação modificou também a maneira como se passou a tratar o saber sendo traduzido depois como conhecimento. A diferença entre estas duas palavras, saber e conhecimento, nos remete à reflexão acerca dos motivos do ensino na escola atual.

Por um lado a busca pelo saber tem em sua essência sabor, enquanto o conhecimento carregado de linearidade e acúmulos precisa ser assimilado, o que traz uma nova conotação às formas de ensino estabelecidas naquela época com a inauguração da escola. Datada há mais de 900 anos, a escola em sua concepção, a partir da centralidade dada ao mestre explicador, encerra nossas crianças nos muros da ignorância alienada e alienante como retrata Paulo Freire. Invalida a própria instituição escolar como organização histórica por isso mesma passível de mudanças estruturais e conceituais. A própria concepção de educação marcadamente centrada na assimilação e explicação por parte dos professores interfere na sua real proposição: a de possibilitar a aprendizagem.

É interessante perceber que mesmo que tenha acontecido a pouco mais de 900 anos, a tradição escolar mudou muito pouco até os dias atuais, mesmo com diversos

estudos ressaltando a necessidade dialógica das práticas docentes a fim de desenvolver a pessoa em sua plenitude. Trazer este histórico para a compreensão do contexto no qual a escola foi produzida mostra-nos a tendência objetualizada da educação escolar. Se antes a mudança surgiu com a mudança tecnológica no uso do livro texto, hoje a tecnologia médica/diagnóstica nos indica as práticas necessárias para cada aluno, fazendo da escola cada vez mais um espaço de especialistas e não um lugar de aprendizagem.

A dependência do instrumento impossibilita o diálogo, pois o espaço deixado para a fala só cabe à informação e não a comunicação. Suscitar o diálogo como peça-chave para a relação professor aluno numa era de transtornos psiquiátricos admite a condição produtora de todas as pessoas enquanto seres humanos. Paulo Freire nos explica que

O diálogo não é como uma técnica apenas que podemos usar para obter alguns resultados. Também não podemos, não devemos, entender o diálogo como uma tática que usamos para fazer dos alunos nossos amigos. Isto faria do diálogo uma técnica para manipulação, em vez de iluminação. Ao contrário, o diálogo deve ser entendido como algo que faz parte da própria natureza histórica dos seres humanos (1980, p. 122).

Visto que a produção do conhecimento depende e é realizada por meio do diálogo, a educação escolarizada deve se pautar principalmente por este princípio. Mais uma vez percebe-se que o ato educativo deve ser um ato de princípios e não de conhecimentos acumulados preparados para serem transmitidos. É refletir sobre a prática educativa. Pensar como fazê-la e refazê-la novamente, em constante mudança que surge a partir do diálogo como ato comunicativo e reflexivo.

Predominantemente a escola tem sido marcada pela necessidade da informação, falta de diálogo e necessidade de disciplina. Estas três características básicas que resumem a condição da escola enquanto espaço institucional de produção do conhecimento apresenta uma contradição conceitual. Como é possível produzir em silêncio, sem diálogo? A principal consequência advinda deste posicionamento da escola contemporânea é a necessidade do uso dos instrumentos médicos/ psicológicos. A condição do ser humano enquanto ser dialógico como nos explica Paulo Freire, faz com que nos questionemos sobre o que pode acontecer com pessoas em desenvolvimento no caso, as crianças, num espaço onde não é possível o diálogo? Há um sofrimento psicológico destas pessoas que relutam pela sua condição humana com comportamentos que são patologizados. Tais comportamentos que se configuram contra

esta prática domesticadora de educação recebem rótulos de doenças psiquiátricas e contribuem para a massificação da sociedade.

Podemos indicar que a construção social de transtornos de aprendizagem coincide com a prática bancária da educação escolar atual. Se à medida que identificamos tais características da escola como danosas ao desenvolvimento das crianças é possível afirmar que a forma como tem sido organizado o saber escolar impossibilita a afirmação das crianças como sujeitos que aprendem. E, neste sentido, o diálogo implica “responsabilidade, direcionamento, determinação, disciplina, objetivos” (FREIRE, 1980, p. 127), tal como a aprendizagem numa perspectiva de desenvolvimento humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FREIRE, P. Conscientização. Teoria e prática da libertação. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Tradução de Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

FREIRE, P. Pedagogia da Indignação: Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 40 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GONZÁLEZ REY, F. L. Questões Teóricas e Metodológicas nas Pesquisas sobre Aprendizagem: a aprendizagem no nível superior. In A Complexidade da Aprendizagem- Destaque ao Ensino Superior. MITJÁNZ MARTÍNEZ, A. & TACCA, M. C. V. R. (orgs). Campinas, SP: Editora Alínea, 2009.

ILLICH, I. En el viñedo del texto: Etología de la lectura: un comentario al “Didascalicon” de Hugo de San Víctor. Fondo de Cultura Económica: México, 1993.